

Déficit de Cr\$ 1 bilhão agrava crise do PDS do Ceará

Egídio Serpa

Fortaleza — Com um déficit de Cr\$ 1 bilhão 210 mil, o secretário de Fazenda do Ceará, Mussa de Jesus Dernes, está há cinco dias entre o Rio, São Paulo e Brasília tentando conseguir financiamento para garantir o pagamento em dia do funcionalismo e honrar os compromissos externos e internos assumidos pelo Governo estadual. A arrecadação total do Estado, em novembro, foi de Cr\$ 6 bilhões 790 milhões; a despesa com a folha de pagamento do funcionalismo da administração direta (Cr\$ 4 bilhões 300 milhões) e indireta (Cr\$ 1 bilhão 800 milhões) é de Cr\$ 6 bilhões 100 milhões; e o serviço da dívida (juros mais amortização), neste mês, é de Cr\$ 1 bilhão 900 milhões.

O Governador Manoel Castro admitiu ter nomeado nos dias 11, 12, 13 e 14 de agosto deste ano 16 mil pessoas e disse, na televisão, "que eram pobres que precisavam do emprego público para sobreviver". Porém, o Deputado Diógenes Nogueira, presidente da Comissão de Economia da Assembleia Legislativa e provável futuro secretário de Agricultura do Estado, deu outra informação: as nomeações não se restringem apenas a 16 mil "afilhados políticos do governador, mas a mais de 30 mil pessoas indicadas por diferentes candidatos e cabos eleitorais de tendência ligada ao Governador".

Nomeações

O protesto de Diógenes Nogueira, um dos mais antigos políticos cearenses, parece procedente e coincide com o de líderes do PMDB e do próprio PDS. Há, neste momento, um estado de revolta e insatisfação contra o Governador Manoel Castro Filho, que, "abusando do poder" — como declara Diógenes Nogueira, "nomeou milhares de afilhados políticos com objetivos confessadamente eleitoreiros".

A edição do **Diário Oficial** do Estado do dia 11 de agosto teve 84 páginas (o normal são 40 páginas, mas, muitas vezes, circulou com apenas 20), 50 das quais relativas a atos de nomeação de mais de 3 mil pessoas para diferentes cargos e funções na Secretaria de Educação. No dia 12 de agosto, as 72 páginas da edição do **Diário Oficial** trouxeram mais de 4 mil novos contratos de eleitores do PDS, todos indicados para várias funções na mesma Secretaria da Educação. Nos dias 13 e 14 de agosto, o **Diário Oficial** circulou com 264 páginas, completando o autêntico **panamá** do Governador Manoel Castro Filho,

agora com contratação de pessoal para quase todas as secretarias de Estado. Os salários variam e alguns deles são de quase Cr\$ 100 mil. A grande maioria, porém, são serventes e atendentes, que estão sendo lotados na Secretaria de Educação.

A Secretaria da Fazenda confirma que os vencimentos da quase totalidade do pessoal contratado oscilam de Cr\$ 11 mil 470 a Cr\$ 19 mil 110, mas também desmente que o total de nomeações tenha sido superior aos 16 mil revelados pelo Governador Castro Filho. Uma fonte da Secretaria informou que a metade do pessoal contratado ainda não recebeu seus vencimentos, porque as secretarias nas quais foi lotada não remeteram para a fazenda as respectivas folhas de pagamento.

A mesma fonte acrescenta que o novo Governador precisará de muito prestígio junto ao Governo federal para atrair recursos para o Estado, pois, do contrário, não há chance de manter em dia o pagamento do funcionalismo.

Diante de um quadro tão ruim, "só resta ao futuro Governador Luiz de Gonzaga Mota desvencilhar-se dos compromissos com o passado, assumir o presente e enfrentar o futuro de peito aberto, sem qualquer acordo que os três coronéis tenham assinado", aconselha o Deputado Alfredo Marques, do PMDB, para quem a situação do Ceará é mais grave ainda em função das perspectivas de uma nova seca, o que tornaria inviável o seu desenvolvimento.

O **Acordo de Brasília**, assinado pelos coronéis Cesar Cals, Virgílio Távora e Adauto Bezerra — e do qual saiu o nome de Gonzaga Mota para governador — prevê a divisão equânime dos empregos, cargos e responsabilidades da futura administração. A cada um desses líderes do PDS, caberão 33,33% das posições de primeiro, segundo e terceiro escalões, o que começa a causar repercussões negativas junto às camadas intelectuais e aos meios econômicos do Estado, que confiam na capacidade técnica e administrativa de Mota, mas que também condenam a maneira como a próxima administração será executada. Pelo **Acordo de Brasília**, Gonzaga Mota não terá outra função senão a de governar, mas sem qualquer poder de mando na condução da política estadual. Pelo acordo, o governador terá sempre de se subordinar à vontade dos três coronéis, um dos quais, o Deputado Adauto Bezerra, que será o vice-governador.